

## “Rumo ao Oeste!”:

o progresso da nação do governo Getúlio Vargas nas páginas de *A Violeta* (1933-1945)

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco Pinto<sup>1</sup>

Thiago Lima Mondêgo<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende analisar os projetos de progresso da nação durante os anos do Governo Vargas (1930-1945), no que tange a expansão territorial e os movimentos rumo ao oeste brasileiro. Para tal, toma-se como fonte a revista feminina cuiabana *A Violeta* (1916-1950), órgão do *Grêmio litterario Julia Lopes* e importante marco na história da imprensa cuiabana e, ainda, na historiografia da imprensa feminina mato-grossense. As relações consonantes da revista com as propostas políticas e estruturais estão em lume neste trabalho. Neste sentido, propõe-se a observância de 10 artigos publicados nas páginas de *A Violeta* no período de 1933 a 1945, sob a ótica da História Cultural e do cruzamento de fontes históricas, a fim de evitar-se o anacronismo e a tomada da fonte como monumento histórico. Por fim, este trabalho busca a inserção nos estudos que privilegiam a história política, história da imprensa feminina e historiografia da imprensa feminina no Brasil.

**Palavras - chave:** Marcha para o oeste; Progresso da Nação; Governo Vargas; Estado Novo; *A Violeta* (1933-1945).

**Abstract:** The aim of this article is to analyze the projects for a nation progress throughout the government of Getúlio Vargas (1930-1945), considering the territorial expansion and the actions towards the Brazilian west. In order to do so, *A Violeta* (1916-1950), a female journal from Cuiabá and also a product from the *Grêmio litterario Julia Lopes*, is taken as a historical source. *A Violeta* is an important milestone for the history of press in Cuiabá and for the female press historiography in Mato Grosso. The journal's in line relations with the propositions of the government are highlighted in this paper. For this matter, this paper proposes the observation of 10 articles published in *A Violeta*, considering the period started in 1933 until 1945, under the perspective of Cultural History and the intersection of historical sources, in order to avoid a possible anachronism and also the regarding of the source as a historical monument. At last, this article seeks its insertion in the studies which prioritize the history of politics, history of the female press and female press historiography in Brazil.

**Keywords:** March Westward; Nation progress; Government Vargas; Estado Novo; *A Violeta* (1930-1945).

**“Towards the West”! The progress of the nation of Getúlio Vargas' government observed in *A Violeta* (1933-1945)**

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Inglesa da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ. Integra o GRUPEEL – Grupo de Pesquisa Infância, Leitura, Literatura, Juventude e Escrita.

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor de História das Prefeituras de Japeri e Mangaratiba.

## Introdução

No fim da Primeira República (1889-1930), os movimentos políticos e sociais estavam em voga. A crise econômica experimentada nos EUA se materializou também no Brasil e a tomada do poder por oligarquias cafeeiras era uma realidade distante naquele momento. Os esforços para manter o eixo econômico, político e cultural no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais tornaram-se tarefa difícil. Neste sentido, era preciso uma política que desse conta de conduzir o país ao progresso, mesmo em tempos escassos e de tensões políticas. Uma das políticas apontadas por Vargas foi a expansão territorial, rumo ao oeste.

Poucas mudanças foram notadas no interior até o início da industrialização dos anos 1930, como veremos a seguir. Apesar da descoberta do ouro e o aumento do contingente de pessoas para o oeste, o interior permanecia relativamente abandonado pelo poder público e escassamente povoado. Com a crise e posterior depressão econômica no centro do sistema capitalista nos anos 1930, era necessário mudar a forma de produzir e, conseqüentemente, a de se ocupar esse território.

Getúlio Vargas, após a tomada do poder na Revolução de 30, propõe um intenso processo de industrialização, iniciado na mesma década e mudanças significativas nas relações sociais e produtivas existentes no Brasil são observadas. Neste sentido, o interior, antes fornecedor de insumos para a agro exportação do litoral, agora passaria a ser uma das entradas para o processo de integração indicado por Vargas. Vale ressaltar que o interior possuía sua dinâmica econômica e social própria e a busca pelo ouro (séc XVIII) começou a alterar isso mesmo que timidamente, ou seja, a colonização do interior não é apenas projeto do século XX com Vargas. Mas este acerta na sua lógica de levar importantes atrativos e estruturas para efetivar a colonização do chamado sertão.

Neste trabalho, propõe-se a observância de aspectos conectados com os ideais de progresso destacados na política do Governo Vargas, nas páginas de *A Violeta* (1916-1950), periódico cuiabano fundado, dirigido e financiado por mulheres da elite mato-grossense. Como periódico feminino, *A Violeta* recebe destaque não apenas por sua expressiva longevidade - são mais de 3 décadas de circulação - , fato pouco comum aos periódicos femininos da época ou por ser o mais significativo periódico feminino mato-grossense, mas ainda por tratar de assuntos pouco ou raramente femininos, tal como a política, aspecto que justifica a predileção da revista para este trabalho. Nessa lógica, a revista se apresenta como fonte privilegiada para a discussão da temática progressista.

Assim, este artigo busca a análise de 10 artigos encontrados em *A Violeta* entre os anos de 1930 e 1945, que evidenciem os anseios e as reivindicações de parte<sup>3</sup> dos moradores de Cuiabá; os projetos de expansão territorial para o oeste, as proposições do governo de Vargas para o progresso da nação e, ainda, as relações sociais entre a revista e o presidente. Neste sentido, importa-nos destacar o discurso consonante e laudatório constantemente adotado pelas editoras da revista.

O acervo consultado é a hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional, que concentra 158 das 333 edições da revista. Desse modo, é relevante destacar que o corpus consultado para a elaboração deste trabalho não contempla todos os números publicados entre os anos de 1930 e 1945. Para além da hemeroteca digital da FBN, há outros locais de guarda da revista, a saber: NDHIR – Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional de Mato Grosso; APMT – Arquivo Público de Mato Grosso; BCBM – Biblioteca Casa Barão de Melgaço; Casa Barão de Melgaço, que concentra os acervos da AMT – Academia Mato-grossense de Letras e o IHGMT – Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso.

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho debruça-se na História Cultural, corrente histórica e filosófica que ressignificou, essencialmente, o sentido do termo fonte histórica e as categorias de análise; pôs em lume o *dito-não-dito* dos documentos e evidenciou as rupturas e permanências como partes integrantes do processo de historicização. Burke (2011, pág.11-12) explicita que “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma construção cultural, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço.” Neste sentido, o cruzamento de fontes se torna essencial à pesquisa e ao fazer histórico por meio dos periódicos, quando a ótica diacrônica deve operar, pois entendemos o caráter imparcial da imprensa.

Na primeira seção deste artigo, intencionamos a análise da revista *A Violeta*, fonte deste estudo, compreendendo 9 artigos selecionados de acordo com o recorte temporal adotado (1930-1945), considerando as intencionalidades deste trabalho. Em seguida, a política da “Marcha para o Oeste”, empreendida por Getúlio Vargas, é destaque e, por fim, discutiremos o conceito de “progresso da nação”, compreendendo as rupturas e permanências com os *moldes* outrora notados quando na Primeira República.

*A Violeta* – fonte privilegiada para a promoção dos ideais varguistas de progresso

---

<sup>3</sup> *A Violeta* foi criada, produzida e comercializada pela elite cuiabana. Dessa forma, não podemos tomar os discursos ali proferidos como uma voz uníssonas na cidade tampouco no estado do Mato Grosso.

Publicada mensalmente a partir da década de 1920, *A Violeta* destaca-se na imprensa feminina por dois aspectos principais – sua longevidade, somando mais de 30 anos de atividade ininterrupta; e o fato de ter sido um dos primeiros<sup>4</sup> periódicos femininos cuiabanos, produzido e financiado por e para mulheres. A revista é produto do *Grêmio Litterario Júlia Lopes*, fundado em novembro de 1916 na cidade de Cuiabá e composto exclusivamente por mulheres. Entre algumas de suas atribuições, sublinham-se: promoção do desenvolvimento intelectual das sócias; manutenção de uma publicação – que a princípio não trataria de questões políticas, religiosas ou animosidades particulares; promoção de festas para as sócias; manutenção de uma biblioteca composta por “obras de literatura, jornais e revistas nacionais e estrangeiras. (NADAF, 1993, pág.25)

Estudos<sup>5</sup> recentes desenvolvidos na historiografia da imprensa feminina no Brasil trouxeram a lume *A Violeta*, em sua maioria, propondo pesquisas acerca de sua materialidade, circulação, relação(ões) com a imprensa feminina cuiabana e geral, a literatura que nela circulava e questões relacionadas a perspectivas feministas. Neste sentido, pesquisas que evidenciem as relações políticas e o “engajamento” presentes no periódico, especialmente nos anos em que governou Getúlio Vargas, são escassas. O trabalho de Marques (2011), que discute o feminismo em *A Violeta*, apontou alguns indícios de um posicionamento político das redatoras da revista:

embora essencialmente literária e escrita por mulheres, não escapava às temáticas de seu tempo e aos impulsos do debate político daquelas que eram tidas como as senhoras do espaço privado e doméstico. As redatoras não negavam seus papéis de mães e esposas zelosas, mas também não ficavam alheias aos debates das esferas públicas. (pág.9)

Desde seus primeiros volumes, *A Violeta* flerta com o pensamento progressista, embora pareça despertar um ‘dúbio pensamento ideológico conservador e de progresso’ (NADAF, 1993, pág.19). Ao longo dos anos em que circulou, suas redatoras e cronistas “exploram diversos assuntos relacionados [não somente] ao feminismo, [mas também] ao civismo e outras questões do âmbito político” (COSTA, 2018, pág.134). Já na década de 1920 o progresso do estado estava em lume em suas páginas, com a defesa da construção de uma

---

<sup>4</sup> De acordo com Correa (2018), o primeiro periódico feminino criado por mulheres foi *O Jasmin*, com sua primeira edição datada em 10 de outubro de 1897.

<sup>5</sup> Neste sentido, destacamos como referenciais bibliográficos os trabalhos desenvolvidos por Nadaf (1993), Baldissarelli (2018), Costa (2016) e Marques (2011).

estrada de ferro para o norte de Mato Grosso, feito sobre o qual a revista se ocupou a divulgar. Nadaf indica que

A linha ideológica progressista da revista se ocupou também da publicação de uma vasta produção preocupada com a urbanização, o saneamento, o mercado imobiliário, a expansão da agricultura, indústria e comércio, a instalação e reestruturação de escolas e postos de saúde e a colonização para Mato Grosso. (1993, pág.51)

Na edição 183, de 31 de outubro de 1930, a coluna que abre a revista, *Crônica*, aborda as condições que levaram o país à uma verdadeira derramada de “sangue dos próprios filhos”. (pág.1) e já anuncia os eventos que marcaram aquele mês de outubro como um verdadeiro triunfo e que culminaram, mais tarde, com a posse de Getúlio Vargas. Já neste momento, a revista evidencia sua posição com relação aos feitos daqueles que acabaram com os conflitos, aqueles que promoveriam a Ordem e o Progresso a que a nação almejava:

Felizmente nos anunciam pela voz da Imprensa que a revolução está abafada. que o movimento re- alizado pelos generaes de terra e mar correspondem à intenção de acabar com a lucta encarnçada com perdas dolorosissimas pera o Paiz; que a Junta que está à frente dos destinos da Nação visa apenas manter a ordem e prover às várias faces da administração, zelando pela sua conservação.(pág.1)

(...)

Levantemos as nossas vistas e os nossos corações para O Alto e Aquelle que tudo pode dirijamos as nossas supplicas pela Paz, pela Ordem. pelo Progresso! Seja este o nosso primeiro gesto de civismo. (pág.2)

Os 10 artigos de *A Violeta* foram eleitos de acordo com os objetivos deste estudo, que compreendem os ideais de progresso da nação, os movimentos de expansão territorial – “Marcha para o Oeste”, e as possíveis relações políticas entre a revista e o governo vigente. O quadro 1 abaixo apresenta os artigos selecionados, ao passo que o quadro 2 evidencia as categorias de análise criadas para esta seção:

QUADRO 1- ARTIGOS SELECIONADOS DE A VIOLETA

Ano	Edição	Data	Seção	Título
1933	208	25/08	indefinido__	<i>Em cinco dias e meio</i>
1933	211	30/11	Crônica	Sem título
1934	219	25/12	indefinido _____	<i>1934-1935</i>
1938	246	30/11	Crônica	Sem título__
1939	251	30/04	indefinido_____	<i>Cuiabá, cidade máter</i>
1939	251	30/04	indefinido__	<i>Dr. Getúlio Vargas</i>
1943	297	30/06	indefinido	<i>Ecos da parada da borracha</i>

1944	312	30/09	indefinido ____	<i>O dia da pátria em São Vicente</i>
1944	313	31/10	Crônica	Sem título
1945	317-318	Fev/Mar	indefinido ____	<i>A vida política do Brasil</i>

\*Quadro elaborado pelos autores

QUADRO 2 – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Categorias	Edições
Movimentos Separatistas	208, 211
O progresso do estado mato-grossense	219, 313, 317-318
Homenagens à figura do presidente	246,251
Reconhecimento do povo mato-grossense	251,297,312

\*Quadro elaborado pelos autores

### 1. Movimentos Separatistas

No texto que ilustra a “Crônica” da edição 211 que abre essa análise, *Arinapi*<sup>6</sup> desenvolve tese respeito dos movimentos separatistas do estado de Mato Grosso. As tensões giravam em torno da separação do Sul do restante do estado, movimento que já vinha “tomando corpo” desde o final do século XIX. Para Bittar (2009), o movimento, de bases regionalistas, teve como norteadores principais a rivalidade política entre Cuiabá, centro do norte do estado, e Campo Grande, do sul; e os interesses de uma oligarquia agrária sulista. Nessa lógica, a separação do Sul se justificaria por conta de um: “sentimento de pertença; superioridade econômica; e, por fim, disputa pela condição de capital. Apegados a esse rol, em vez de integração, os sulistas transformaram o seu regionalismo em divisionismo.” (pág.24). O embate entre Norte e Sul se prolongou. Já no início do artigo em *A Violeta*, *Arinapi* evidencia sua repulsa aos movimentos:

Uma infeliz idea essa da transformação do mappa do Brasil que dará como resultado para nós, a separação do nosso Estado em territórios. (...) Não será dividindo o territorio que o povoará. nem fazendo-o menor que o prosperará. Mato Grosso é rico, no seu solo e no seu subsolo encontra-se tudo o que faz mister para a sua franca prosperidade. (Edição 211, pág.1)

Adiante, salienta a importância de se preservar a união do povo mato-grossense na busca pelo progresso e sublinha o fato de que as autoridades, felizmente, se opõem a separação do estado e afirma que verão os cidadãos “uma campanha acima das competições partidárias capaz até de fazer os mato-grossenses esquecerem as próprias discordias internas na defesa desse ideal da preservação da moral que é o da sua antiga e grande provincia natal.” (p.2).

<sup>6</sup> Pseudônimo de Maria Dimpina Lobo Duarte, uma das fundadoras do *Grêmio Litterario Julia Lopes* e de *A Violeta*. Foi diretora da revista por um longo período e uma assídua colaboradora. Era sua a autoria da maioria dos artigos que figuravam na coluna “Crônica”, seção inicial da revista. (NADAF, 1993)

No mesmo ano, em edição anterior, Mary<sup>7</sup> assina texto que relata uma experiência pelo estado. Sua narrativa descreve as belezas naturais e os encantos do povo mato-grossense durante uma viagem quando “múltiplas sensações [a] envolveram [naquele] passeio caleidoscópico.” (Edição 208, pág.2). Ao longo das 3 páginas que compreendem o texto, Mary indica ao leitor todas as maravilhas e questiona porque zonas “dísparas, porém complementares” (pág.4), não podem permanecer juntas.

A natureza foi excessivamente prodiga com Matto-Grosso. a ponto de lhe dar todos os recursos mesologicos necessarios vida e ao progresso. Porque separar o que a Providencia— pelo tiro» de um Pombal como de um Feijó. de um Ricardo Franco como de um Luiz de Albuquerque, nos legou intacta através as idades ? .. A campanha separatista é uma nevrose passageira. Os verdadeiros sulinos. scio contraries a essa mentalidade nova que se deseja implantar no Estado. (pág.4).

Nos anos em que governa Vargas (1930-1945), especialmente na década de 1930, o movimento organiza-se e pressiona o governo federal para a implementação de políticas que levassem a cabo suas intenções. Com a política da “Marcha para o Oeste”, Getúlio Vargas toma posição com relação às fronteiras do estado e cria, em 1943, o território de Ponta Porã, excluindo Campo Grande do eixo central do Sul mato-grossense. Vale ressaltar que, apenas durante o governo militar do Presidente Geisel (1974-1979), o Sul é desmembrado de Mato Grosso e atende à configuração que temos hoje.

## 2. O progresso do estado mato-grossense

As edições 219 (1934), 313 (1944) e 317-318 (1945) agrupam os textos que revelam os *grandes feitos* de Vargas para o estado de Mato Grosso. O texto “1934-1935” abre a edição natalina da revista com uma verdadeira expressão de gratidão pelo ano que finda. Recebe destaque a reação à implementação da “Nova Constituição<sup>8</sup>”, na qual o voto feminino foi assentado, muito embora uma parcela das mulheres<sup>9</sup> já tivesse participado das eleições de 1933, uma vez que o direito ao voto fora aprovado através do Decreto 20.076, em 24 de fevereiro de 1932.

---

<sup>7</sup> Pseudônimo de Maria Ponce de Arruda, uma das mulheres fundadoras do Grêmio Litterario Julia Lopes..

<sup>8</sup> Entre os acordos promovidos pelo novo documento, iluminam-se a ideia de federalismo dos estados brasileiros - ainda que estivessem conjugados em uma política centro-nacionalista; a promoção de políticas trabalhistas; e a inserção da família como um de seus pilares.

(Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934> )

<sup>9</sup> Neste momento, apenas aquelas que exerciam função pública poderiam votar. O voto feminino foi ampliado a todas as mulheres apenas em 1946. (MARQUES, 2019)

Em um bello dia, que deixo assignado com letras aureas, é que foi promulgada a Constituição da Republica do Brasil, depois da reforma porque passará; aqui mesmo, em Matto Grosso, como em todo o Paiz, a Vida politico administrativa deu um salto de gigante na esfera da civilisação—o povo provou a sua capacidade vencedora derrubando o poder absoluto dos que abusam da auctoridade, sem precisar de derramamento de sangue, na paz silenciosa do gabinete idevassavel do voto, uma das nossas mais brilhantes e seguras conquistas sociais; a nova constituição foi uma grande victoria da mulher, da família. da religião, das instituições de benemerencia ... (p.1-2)

Em outro texto de abertura, desta vez 10 anos mais tarde, as realizações do governo incluem os feitos também para a educação do povo mato-grossense. A implementação de uma instituição de ensino, o Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra<sup>10</sup>, local onde o jovem poderia *educar-se para a pátria*. Mais uma vez, o discurso enaltece as ações do governo varguista no estado:

Quem quer que observe as realizações que se operam em prol do desenvolvimento de nosso Estado, no fecundo e próspero governo do Snr. Dr. Getúlio Vargas, não poderá senão abençoá-lo. Abrem-se estradas, constroem-se edifícios, providencias são tomadas para o amparo da Família. O problema do operariado é assunto dos mais sérios estudos, e a sua solução, a preocupação contínua do perínclito estadista.

(...)

Bemdigamos a escola que acaba de ser criada e instalada num dos mais amoráveis rincões da nossa terra, graças ao espírito clarividente e ao feito patriótico e generoso do Snr. Dr. Getúlio Vargas, que, com ações mais do que com palavras, vem construindo um Brasil próspero e econômico. (Edição 313, pág. 1).

Numa época em que racismo, xenofobia e nacionalismo estavam em voga, havia a necessidade de se promover uma cultura local própria. Não se podia simplesmente promover a cultura brasileira como unicamente branca por conta da miscigenação, mesmo nos quadros da elite. A ideologia do embranquecimento aos poucos era contestada e abandonada em prol de uma nova ideologia onde não havia mais espaço para criticar a miscigenação. Neste sentido, a adoção de políticas com base “protecionista refletiu a tendência do Estado Novo de outorgar noções de cidadania e de direitos aos grupos sociais previamente marginalizados.” (GARFIELD, 2000, pág.24)

---

<sup>10</sup> Instituído por decreto em 14 de abril de 1943, o Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra contava, a princípio, com aproximadamente 200 alunos de nível primário. Atualmente, o local abriga o Instituto Federal de Mato Grosso - Campus São Vicente.

O último texto que compõe esta categoria se propõe a debater a vida política no Brasil, considerando as grandezas operadas pelo governo varguista de 1930 a 1945 e as aflições com um possível novo presidente. “O anúncio das eleições foi como um bimbalar de sinos aos quatro ventos” (Edição 317-318, pág.6), evidencia Maria Dimpina nas primeiras linhas do texto de duas páginas. Ao longo de sua dissertativa, a redatora discute a condição dos candidatos a ocupar a presidência e teme uma mudança nos rumos profícuos que a nação havia tomado com o varguismo: “Recebi a notícia das próximas eleições com um certo temor que elas viessem talvez interromper o ritmo promissor de progresso que constitui a obra do Sr. Dr. Getúlio Vargas.” (pág.6).

Maria Dimpina cita as realizações do Governo Vargas, enaltecendo a política de integração, sob a qual o presidente “[lançou] suas vistas das regiões amazônicas do Norte até os limites do sul brasileiro” (pág.7); lança luz aos direitos dos funcionários públicos, a exemplo do “amparo ao funcionário enfermo com a concessão de vencimentos integrais nos casos de moléstia comprovada.” (pág.7) e ainda salienta que “O operário, o comerciante, o industrial, todos foram amparados por leis sábias e justas que garantem um direito seguro no presente e um amparo providencial no futuro.”, em referência à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943.

Outro aspecto relevante pontuado no texto é a defesa da família. Maria Dimpina afirma que a “família foi beneficiada com a criação das leis de Previdência social.” e que a moral, aspecto essencial à constituição familiar do período abordado, fora “respeitada com a oposição à lei do divórcio, que compromete o bem-estar e tranquilidade dos lares.” Para a autora, Getúlio Vargas ao assumir tal postura “contribuiu para a consolidação da família”. (pág.7).

Outrossim, faz menção à industrialização e à extração da borracha<sup>11</sup>. Sobre o comércio, abalado com as tensões enfrentadas, “vai-se mantendo, amparado pelas sábias providências do Chefe da Nação, que é o fiel equilibrador da balança da economia popular.” No âmbito educacional, pontua que as empreitadas do governo colaboram para formação do homem para o trabalho: “A instrução primária profissional principalmente, tem aumentado como nunca o seu campo de ação num cogitar necessário do preparo do homem para a vida prática.” (pág.7)

---

<sup>11</sup> Segundo Coutinho (2014), este momento corresponde ao chamado segundo ciclo da borracha, quando políticas internacionais colaboraram para o desenvolvimento econômico da região Amazônica e a política nacionalista de Vargas contribuiu para o processo.

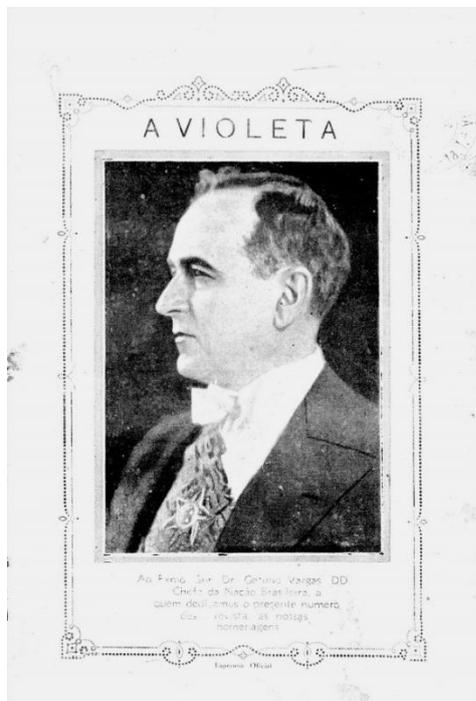
Por fim, Maria Dimpina faz uma espécie de apelo aos leitores eleitores do estado de Mato Grosso, convocando sua reflexão na escolha de um novo representante para a nação:

O ambiente de paz e de trabalho que atravessamos, as construções que se levantam, as estradas que são abertas os edifícios modernos que se constroem, do Governo Federal umas, e do Governo do Estado outras, aí estão para confirmarem a operosidade, honesta dos que tem a responsabilidade da direção de nossos Paiz e Estado. Sejam os justos e vejamos tudo com olhos de ver e vamos desempenhar o nosso papel de brasileiros que nos oferece o Chefe da Nação, ambiente de liberdade verdadeiramente democrática. (pág.7)

### 3. Homenagens à figura do Presidente

Os artigos analisados neste recorte são aqueles contidos nas edições 246 (1938) e 251(1939). Os discursos, laudatórios, narram a vida e os grandes feitos da figura do Chefe da Nação. A edição datada de 30 de novembro de 1938 tem Getúlio Vargas na capa da revista, anunciando que aquela seria uma edição de “homenagens ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas”, como mostra a figura 1:

Figura 1 – Capa da edição 246



Fonte: REVISTA A VIOLETA, ano 22, edição 246, 30 de novembro de 1938. Depositário: Hemeroteca Digital FBN

Na primeira página da edição, na seção “Crônica”, é salientada a Carta Constitucional<sup>12</sup> e o primeiro mês de sua implementação. O documento é relatado como uma solução para “[reger] a grande e opulenta República Brasileira.” (pág.1) e o discurso do presidente é publicado logo em seguida. A figura de Vargas é neste momento retratada como um verdadeiro pilar para a nação brasileira, já que “que vem dirigindo [a] pátria com a proficiência de um condutor firme e seguro, destemido e audaz.” (pág.2) e, neste sentido, a autora do texto assume que os brasileiros têm de “abençoar o novo regimen” (pág.3). Finaliza o texto sintetizando a homenagem pois como todos os brasileiros, a mulher mato-grossense também admira “a coragem inaudita e o patriotismo comprovado” de Vargas.

Na edição 251, de 30 de abril de 1939, na página 4 é publicado pequeno texto, intitulado “Dr. Getúlio Vargas”, que saúda o presidente por seu aniversário no dia 19 daquele mesmo mês. Mesmo em se tratando de poucas palavras, o texto deixa claro seu apreço “pela figura máxima e inconfundível do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, [que] marcha sereno e calmo, admirado e respeitado por todos povos.”

#### 4. Reconhecimento do povo mato-grossense

Nos três artigos que compõem esta categoria encontramos agradecimentos ao progresso empreendido pelo governo Vargas e um reconhecimento do povo mato-grossense como parte da Nação. O artigo “Cuiabá, cidade máter” (edição 251), talvez o mais emblemático dos três, faz um breve panorama da história da cidade. O desenvolvimento da terra mato-grossense é justificado pelo “arrombamento dos sertões que tanto impulso vieram dar” os bandeirantes paulistas, seja pela caça ao ouro ou ao índio. A respeito da questão do índio no Governo Vargas, destacamos que integrar e povoar esse interior demandava ressignificar e dialogar com esses povos, como veremos na segunda seção deste artigo.

Seguindo a lógica da povoação, Vera Correa Almeida<sup>13</sup>, autora do texto, apresenta outro personagem para além do índio e do bandeirante: o sertanejo. De acordo com sua tese, “assim é que foi fundada a primeira povoação do estado [que a princípio] teve o nome de Forquilha.” No âmbito cultural, defende que “desde épocas já distantes, Cuiabá se tornou ambiente creador de fortes mentalidades” e que as ações do governo varguista não só

---

<sup>12</sup> Anunciada ao povo brasileiro em 10 de novembro de 1937, a Constituição de 1937, também conhecida por Constituição do Estado Novo tem como seus pilares o autoritarismo e o centralismo administrativo. (Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/constituicao-de-1937>)

<sup>13</sup> Nos limites da pesquisa para confecção deste artigo não encontramos informações a respeito da autora.

colaboraram para o pleno desenvolvimento da Educação no estado, como também para o “embelezamento do aspecto de sua urbs.” (pág.2). As reformas urbanísticas empreendidas simbolizam para autora uma etapa bem sucedida do brado promovido pelo Estado Novo *Rumo ao Oeste*, movimento que trouxe uma “série de benefícios ao Estado todo e Cuiabá também”, que, “num impulso vivificador anima e remoça a nossa bicentenária cidade.” (pág.3).

Pauta desde as primeiras edições da revista, a necessidade de vias de comunicação entre o estado e o resto do país, especialmente o sudeste, teve na edição 297 o símbolo máximo do progresso a que Mato Grosso almejava. Um estado extenso, com uma área territorial superior a 1.400.000 km<sup>2</sup> não poderia e nem deveria, de acordo com as redatoras de *A Violeta*, estar à margem do desenvolvimento econômico que pairava a nação.

Ainda na década de 1920, Maria Dimpina afirma que “os industriais perdendo o medo da distância (...) virão aqui estabelecer-se e não só Cuiabá como todo o estado de Mato Grosso entrando numa fase de verdadeiro progresso terá também seu lugar de destaque entre os mais ricos Estados da União” (Edição 165, pág.9). É na capa da edição 297, de 30 de junho de 1943, que a imagem de um avião anuncia o progresso: “não ha mais distancia que nos separa!...Os aviões, cortando os ares, unem os logares mais longínquos do Universo!”

Figura 2 – Capa da edição 297



Fonte: REVISTA A VIOLETA, ano 26, edição 297, 30 de junho de 1943. Depositário: Hemeroteca Digital FBN

O artigo “Ecos da parada da borracha”, na mesma edição, traz à lume a Campanha da Borracha no estado, que, segundo o texto, embora não seja reconhecido como um dos produtores do item a princípio, neste momento se destaca:

Quanto a nós que nos apresentamos como seringalistas, somos, na verdade, na nossa maioria, principiantes dos seringais, e mesmo os veteranos, dentre nós, da antiga era, podem se considerar principalmente nos novos progressos. Mas não vamos cruzar os braços: se nos falta experiência não nos falta amor à pátria, não nos falta coragem para a luta árdua, nem para os trabalhos pesados que nos toca a cada um de nós, nessas batalhas em que o Brasil se empunhou, nos altos ideais da causa da liberdade. (pág.12)

Deixa claro, em momento seguinte, que o “proprio [Getúlio Vargas] se incumbiu das explorações de venda exportações do produto.” e que, por este motivo, aos mato-grossenses cabia “trabalhar pesquisa os seringueiros para o mato, dirigir o trabalho deles para produzir borracha, e depois transportar essa borracha até entrega-la ao Governo nos portos de embarque.” (pág.12). Por fim, o texto informa que o programa de “reerguimento da borracha brasileira” é mais uma grande realização de Vargas e que deve-se ao presidente todos os créditos.

O último artigo que compõe esta categoria é intitulado “O dia da pátria em São Vicente” e relata a inauguração do edifício destinado ao Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra, marco no desenvolvimento da educação profissional do estado, e uma expressão do

(...) verdadeiro espírito a brasilidade do Snr. Dr. Getúlio Vargas, que vem ensinando a quantos detiveram em suas mãos as rédeas do Governo da Nação Brasileira, que o Brasil é também Goiás, e Mato-Grosso também, cujos destinos independem hoje do voto de uma Câmara em minoria.” (Edição 312, pág.15)

Aponta ainda que o feito teria grande impacto na vida do cidadão mato-grossense, visto que “é por que o Dr. Getúlio é bem brasileiro que o nosso homem de campo vai receber as luzes necessárias para saber com inteligência tirar o pão do seio da terra.” (pág.15).

### O Progresso da Nação

Uma das principais características da Primeira República se constituiu basicamente em não reconhecer as demandas sociais por melhores condições de vida ou de trabalho. Uma frase famosa apontada no trabalho de Rosemberg (2016) ilustra isso: “Questão social é caso de polícia”. Frase dita pelo ex presidente Washington Luís a respeito dos movimentos sociais

que agitavam seu governo entre 1926 e 1930. Durante toda a Primeira República, desde 1889 até 1930, não houve sequer a menor disposição para o diálogo ou reconhecimento das demandas sociais. Essas demandas assustavam a elite, bem como sua progressiva organização.

Nos anos 1930 ainda era forte a noção de progresso, momento em que quanto mais próximo do modelo civilizacional dos europeus, mais próximo de uma civilização está uma sociedade. As reformas urbanas já estavam e voga em grande parte das cidades brasileiras mais importantes do ponto de vista econômico, o que significava a expulsão do negro e das práticas culturais africanas para as periferias. Diferentemente dos modelos europeus, aqui o racismo que predominava se misturava ao conceito de progresso da nação. A figura do índio, antes silenciada e esquecida, foi valorizada como grande símbolo nacional, assim como a figura do branco cristão civilizador.

Chalhoub (1986) destaca que a população negra, sobretudo da capital, era refratária aos ideais e administradores republicanos. As reformas urbanas, cujo objetivo era destruir o que se chamava de “cidade dos negros”, aliadas à constante repressão policial violenta de manifestações trabalhistas e de toda cultura negra, davam o tom de como a política agiria. Assim, as políticas empreendidas durante a Primeira República buscavam, sobretudo, soluções violentas e negavam a possível presença de canais de diálogo para lidar com o problema da massa urbana que crescia e principiava em sua organização social e política, principalmente com a vinda de imigrantes europeus, que já haviam experimentado a luta por melhores condições de trabalho.

Esse cenário de repressão e silenciamento das massas mudaria significativamente após a Revolução de 1930, sobretudo após o advento do Estado Novo (1937-1945), quando Getúlio Vargas inaugura uma nova forma de se lidar com a complexa questão do trabalho urbano, bem como da cultura produzida por essa massa urbana. Este novo governo operava sob outra lógica: era necessário atender às demandas sociais e trabalhistas da massa urbana; isto feito, era dever do trabalhador aderir ao projeto político do governo que atendia suas demandas. Neste sentido, nota-se que a repressão não acabou, apenas adquiriu novo formato. O aparato de perseguição política e social funcionava, então, para aqueles que decidiam não operar sob a lógica do governo.

Como podemos observar, a situação do negro na Primeira República era de total desprezo e marginalização. Seja através das reformas urbanas que não o contemplavam, ou

seja, destruíam suas casas e o expulsavam para a periferia, seja através da marginalização cultural onde suas atividades culturais como samba, capoeira e religiosidade eram proibidas e vistas como caso de polícia, seja pela marginalização econômica em subempregos e a completa ausência de políticas compensatórias no pós-abolição. Não podemos esquecer que o negro não foi contemplado com indenizações, terras ou mesmo acesso à educação. (BUENO & CERVO, 1986; FARIA & BARROS, 1997, GOMES, 2002, TOTA, 1987).

O progresso, antes representado pela destruição de tudo aquilo que representava a figura do negro, associada à subsequente vinda de imigrantes; pelo processo de embranquecimento; e pela construção de uma nação sob moldes culturais europeus admitiria, com Vargas, novas dimensões. O conceito de progresso passa a estar intrinsecamente ligado ao desenvolvimento sócio-econômico do país, à industrialização, à busca de novas identidades culturais nacionais (principalmente no índio) e à interiorização desse “progresso” no chamado oeste, desconhecido, e que deveria ser desbravado. Grosso modo, a política progressista de Vargas compreende a valorização da figura indígena, a aceitação e tolerância com a cultura negra e sua música, e a integração do território nacional através do desenvolvimento de transportes e do processo de industrialização.

A “Marcha para o oeste”: o início da integração proposta por Vargas

A chamada política da "Marcha para o Oeste" refere-se à mudança no paradigma da relação entre espaço e a territorialidade existente. Até a Revolução de 1930 o território valorizado era o litoral, onde acontecia a exportação dos produtos primários. Nessa lógica, não importava sequer o mercado consumidor interno e muito menos suas dinâmicas sociais inerentes. Com a nova política iniciada por Vargas, surge outro paradigma a ser implementado: o interior deixa de ser marginalizado e adquire sua funcionalidade. Há espaço para uma noção orgânica onde cada região tem sua importância. Todas, é claro, subordinadas ao dinamismo industrial do Sudeste.

Antes da implementação de tal política, importa-nos apontar que lugar(es) político e econômico o interior ocupava no Brasil. Caldeira (1999) nos afirma que diversos intelectuais abordavam aspectos geográficos do Brasil já nos séculos XVII e XVIII. Autores como frei Vicente de Salvador (1931) e Antonil (1982) já nos mostravam um determinado tipo de Brasil, um Brasil litorâneo. Interessante ressaltar que desde o início da colonização, os

portugueses conheciam o interior. Seja através de bandeiras de preação e prospecção, seja percorrendo toda Bacia do Prata em busca de contrabando dos metais espanhóis.

A primeira ocupação plena desse interior ocorre justamente no século XVIII. Foi necessária uma grande busca por uma liquidez monetária importante como o ouro para levar a coroa portuguesa a querer colonizar a região. Como dissemos anteriormente, os portugueses e colonos em geral já caminhavam pelo interior e muitos bandeirantes já mineravam ouro desde o século XVI. Contudo, a fúria fiscal portuguesa fazia os colonos esconderem esse metal descoberto. Conformados com o fracasso, a lei foi mudada: o colono pode ser dono da propriedade produtora de ouro desde que pague impostos. Essa nova lógica tributária foi o bastante para que parte do interior fosse doravante colonizado e preenchido com as práticas sociais hierárquicas somente vistas no litoral onde predominava a sociedade escravista.

O século XIX deu início à lavoura cafeeira, atividade que em pouco tempo se tornaria a maior expressão agrícola do país, e retomaria o sucesso empreendido pela atividade canavieira dos séculos anteriores. Neste cenário, o Nordeste deixa de ser a região de dinâmica econômica - com a decadência da produção canavieira – e a região sudeste se torna o novo eixo dinâmico do país. Neste momento, o oeste brasileiro, sumariamente agrícola, tinha ainda agroexportação como sua atividade principal.

Na década de 1930, uma nova divisão do trabalho surgia a nível nacional. O outrora importante setor tradicional de agroexportação agora se industrializava e passava a produzir para o mercado interno. O interior deixa então de ser o setor que historicamente fornecia insumos para absorver a nascente produção industrial dessas áreas industriais concentradas no litoral e apresenta uma nova dinâmica de produção e consumo. Como aponta Fausto (1986), tanto a expansão da fronteira agrícola como a nova divisão do trabalho obedecem a uma nova lógica presente no padrão de acumulação subjacentes a industrialização dos anos 1930:

No período recente do desenvolvimento da economia brasileira, ela tem sido suscitada e/ou acelerada pela ampliação da infraestrutura de transportes (primeiro por meio de ferrovias e depois das rodovias) e pelo aumento da oferta interna de veículos motorizados (especialmente caminhões e automóveis). (pág.129)

O Estado Novo (1937-1945) apresentou um novo marco na busca pela interiorização do território nacional. Para isso, foi necessária centralização do poder, ampla intervenção do poder federal no poder local e na economia nacional. Nesse contexto, a questão indígena se

tornou importante e contraditória ao mesmo tempo. Seth Garfield (2000) destaca que os esforços para a integração da comunidade indígena estavam intimamente ligados com a constituição de uma nação:

Os índios, que representavam uma porcentagem minúscula da população brasileira situada predominantemente nas fronteiras remotas, foram de repente convocados para o palco da política. Diferentes fatores provocaram o seu aparecimento: o esforço do Estado Novo para consolidar o poder e redefinir o território nacional; e as preocupações da elite sobre as origens da nação e a composição racial da época. Tudo isso influenciaria uma formulação do Estado sobre a identidade cultural dos índios e uma política para a sua integração. (pág.15)

Com a “Marcha para o Oeste”, projeto que tinha como objetivo ocupar, integrar e desenvolver o interior do país, Vargas conformava a ideia de que era necessário que o Brasil prosperasse de forma mais ampla, já que o litoral era o cenário do progresso e da modernidade. Ao considerar os “vales férteis e vastos” e “entranhas da terra,... de onde os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial [eram] forjados” (GARFIELD, 2000, p.16), a nova política de Vargas preconiza a valorização do Brasil como uma justificativa à expansão territorial para o oeste. Desta forma, o conceito de nação orgânica indicado por Garfield seria alcançado através de educação, saúde, comunicação e transporte para todos, incluindo agora os índios e sertanejos.

#### Considerações Finais

Neste artigo buscamos analisar os ideais de progresso da nação no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), identificando, mais especificamente, a política de integração conhecida como “Marcha para o oeste”, recortada aqui no estado de Mato Grosso. Para tal, tomamos a revista feminina cuiabana *A Violeta*, periódico relevante na historiografia da imprensa cuiabana e na imprensa feminina cuiabana.

Entendendo as múltiplas dimensões do impresso e a imprensa como uma fonte privilegiada para a compreensão da história e, diante da impossibilidade de se pensar história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica e social do país (MARTINS; De LUCA, 2018), este trabalho debruçou-se em 10 artigos selecionados de *A Violeta* para a compreensão das relações políticas permeadas pela revista com o governo vigente e as manifestações de apoio encontradas.

Grosso modo, a questão da integração nacional e a expansão para o oeste visavam muito mais resolver uma questão econômica para suprir as demandas do novo padrão de acumulação, do que simplesmente reordenar e melhorar as questões urbanas de isolamento das cidades do interior. Era necessário atender às demandas da nascente burguesia industrial de São Paulo através de uma maior complementaridade inte-regional, subordinando as áreas produtoras agrícolas de subsistência.

A história contada por meio dos periódicos, mesmo durante um período em que as manifestações culturais estavam sob guarda e fiscalização do governo – sobretudo no Estado Novo - se concretiza em uma espécie de projeto coletivo, a respeito dos “pontos de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum” (Pluet- Despatin apud De LUCA, 2011, pág.2). Sob esta ótica, os ideais de progresso da nação e as políticas empreendidas por Vargas durante o recorte temporal adotado configuram-se na revista como uma autêntica *marcha progressista*, cuja finalidade não escapa às tentativas nacionalistas de união do povo brasileiro em busca de um ideal de crescimento econômico e demográfico.

## Referências

- A Violeta: orgam do Grêmio litterario “Julia Lopes”**, Cuiabá-MT, 1916-1950. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=207110&pesq=&pagfis=1>> Acesso em 20/08/2020.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1982.
- BALDISSARELLI, Agna Correa Britis. **Páginas que escrevem o cotidiano: um olhar sobre a presença da literatura na revista A Violeta (1917 – 1920)**. Tangará da Serra, 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Linguagem - Universidade do Estado de Mato Grosso.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Vol. 2. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2009.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na cidade do Rio. In: BRETAS, Marcos (org.) – **Papéis Avulsos**. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. 2, julho de 1986, mimeo.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **A política externa brasileira (1822-1985)**. São Paulo: Ática, 1986.

- COSTA, Eliete Huguene de Figueiredo. **Revista A Violeta: a verbo-visualidade e o entrecruzamento de vozes**. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
- COSTA, Laís. **Feminismo nas crônicas da revista A Violeta (1916-1937)**. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2018.
- COUTINHO, Rebeca Venancio. **A importância internacional da borracha brasileira e sua influência no desenvolvimento da Amazônia durante o Estado Novo: 1937-1945**. Boa Vista, 2014. Monografia. (título de Bacharel em Relações Internacionais). Universidade Federal de Roraima (UFRR).
- FARIA, Antonio A. da Costa; BARROS, Edgard Luiz de. **Getúlio Vargas e sua época**. São Paulo: Global, 1997.
- FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano**. 2ª edição. DIFEL. 1986.
- GARFIELD, Seth. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882000000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100002&lng=en&nrm=iso)>. Access on 30 July 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100002>.
- GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- MARQUES, Ana Maria. O feminismo nas narrativas de mulheres da revista A Violeta - Cuiabá: 1916- 1950. In: **Revista Territórios e Fronteiras**, Vol. 4, N.1. p.3-17, Jan/Jul2011.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.
- MARTINS, Ana Luiza; De LUCA, Tânia. **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- NADAF, Yasmin Jamil. **Sob o signo de uma flor**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.
- De LUCA, Tânia. **Leituras e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ROSEMBERG, A. “A questão social é um caso de polícia”:. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 1, n. 2, p. 5-19, 25 mar. 2019.
- TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. <http://memoria.bn.br/DocReader/207110/1449>. Acesso em 25/08/2020 <http://memoria.bn.br/DocReader/207110/1839> Acesso em 25/08/2020 <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934>. Acesso em 01/09/2020 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/constituicao-de-1937>. Acesso em 01/09/2020

*Recebido em: 11 de novembro de 2020.*

*Aprovado em: 05 de janeiro de 2021.*